

MERCADO FINANCEIRO

MOEDAS	DÓLAR - Compra: R\$4,79 - Venda: R\$ 4,79 - Variação: 0,54%	EUR0 : 5,38	YUAN (China) : 0,67	PESO (Argentina) : 0,02
BOLSAS	IBOVESPA - Variação: 1,57% - Pontos: 119.506,47	DOW JONES (NOVA YORK) : 0,77%	NASDAQ (NOVA YORK) : 1,42%	S&P 500 (NOVA YORK) : 0,72%

OUTROS ÍNDICES (Junho)

SELIC : 13,75%	IPCA : -0,00%	IGP-M FGV : -1,03%
DURO BM&F : 298,51	INPC : 0,36%	

Índices Econômicos
www.sppe.org.br
SOCIEDADE PERNAMBUCANA DE PLANEJAMENTO EMPRESARIAL (SPPE)

ALEXANDRE AROEIRA

NEM 8,

Nem 80

A Economia em Foco



Alfredo Bertini

As mudanças atuam como uma lei implacável da vida cotidiana

Acada novo dia, vejo a vida acontecer pela intenção de alguma mudança desejável. O ritmo da sobrevivência parece ser mesmo ditado pela capacidade dada em se ajustar às mudanças. Nem sempre os resultados alcançados derivam de situações imediatistas, do tipo ser o mais forte ou o mais inteligente, nos atos cotidianos da vida.

Por razões assim, quando costumo enfatizar meu respeito às situações que derivam de um simples passar do tempo, trago comigo uma dose de consideração naquilo que posso fazer para me adaptar às mudanças. Nem mesmo quando a essência tratada possa transmitir alguma ideia que pareça firme e até inabalável. Adaptar-se às circunstâncias do soberano tempo é regra basilar. Pois, como dizia o Barão da Itararé: "pior que mudar de ideia é não ter alguma para mudar".

Nessa maneira de encarar um mundo tão dinâmico, não me surpreende o imobilismo de setores da sociedade, diante do inevitável ofício transformador. É evidente que o eixo transmissor de todo efeito mutante também atinge em cheio conceitos econômicos, por mais rígidos que sejam, no seu viés ideológico. Em muitas ocasiões, não há rigor de doutrina que jamais possa se curvar aos veredictos do tempo. A ocasião costuma fazer aquele tipo de mudança não imaginada. Para ir à essência desses argumentos, faço com brevidade um mero panorama de situações recentes, que mostram o quanto algumas mudanças estão agora a olhos vistos, diante da realidade socioeconômica que se projeta a partir de agora, no cenário nacional.

Que tal começar por uma questão estrutural, que ainda não foi sequer assimilada como um princípio vital do planejamento público? Refiro-me à oportunidade do bônus demográfico, algo de suma importância, mas que se mantém como tema desprezado pelas políticas públicas? O tamanho dessa negligência pode ser medido pela ausência histórica de um planejamento governamental consistente, que trata elementos como a educação e a formação de capital humano como retóricas discursivas. Enquanto o tempo foi passando, pessoas envelhecendo e a economia passando a girar na dependência de jovens economicamente ativos, as oportunidades pelas mudanças foram postas no turbilhão dos desperdícios. Um tipo de descompromisso com a mudança que, ao ignorar a urgência dada pelos padrões atuais de produtividade, renova-se toda uma preocupação com o desenvolvimento.

Outro breve exemplo, agora de efeito conjuntural, pode ser visto pela resistência recente, por parte das autoridades monetárias, de saírem do rigor das suas convicções, para cederem minimamente num recuo da taxa de juros. Não digo isso como algo estimulante à condição de guardiã, que se releva ao Banco Central, enquanto responsável pela política monetária. Aqui, faço apenas referência aos meros sinais de mudanças, oriundos da melhoria dos ambientes econômicos. Da calma externa às evidências dos esforços governamentais pelo controle fiscal, entendo que essas mudanças - elas, de novo - precisavam desse entendimento.

E ainda teve mais. Pois a preocupação maior com a insegurança de algum rompante inflacionário, acabou por ser desmentida por uma inesperada confirmação de deflação, senão imprevisível, sequer estimada com riscos de que estava por acontecer, no curtíssimo prazo.

É isso. Tempos que mudam e afetam conceitos e previsões. A economia não veste o figurino da ciência exata.

@alfredobertini87

@alfredobertini2017@gmail.com

A coluna Nem 8 nem 80 é publicada às quartas-feiras.

CARLOS ANDRÉ CARVALHO

A Coordenação de Fiscalização Rural da Superintendência Regional do Trabalho de Pernambuco, de forma pioneira, está promovendo um encontro do setor rural do Estado, para a instalação de Comissões Permanentes de Diálogo, com o objetivo de discutir assuntos relevantes e pertinentes ao trabalho rural e ao desenvolvimento agrícola. "A ideia é estabelecer um canal de diálogo e que as questões sejam conversadas de maneira permanente e não surjam apenas no momento em que a fiscalização esteja sendo realizada", lembrou o auditor fiscal do trabalho, Carlos Silva, coordenador da fiscalização rural do Estado de Pernambuco e vice-presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Brasil.

As nove comissões abordam as áreas de fabricação de açúcar e álcool, fruticultura (cultivo de uva), fruticultura (geral), avicultura, criação de gado para corte e leite, piscicultura, agrotóxicos e produtos afins, informalidade e trabalho infantil. A reunião para implantação, discussão das regras de funcionamento e escolha dos membros de cada uma das comissões começou ontem, no auditório da Superintendência Regional do Trabalho, no Recife, e prosseguem até hoje. O encontro reúne não só os representantes dos setores, mas de universidades, de entidades como a Associação dos Engenheiros de Segurança do Trabalho de Pernambuco, da Associação Pernambucana de Medicina do Trabalho e da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Pernambuco (Fetaepe), entre outras.

Negociação é o caminho

A superintendente Regional do Trabalho, Suzineide Rodrigues, que abriu a reunião ontem, falou da importância do diálogo para se chegar a um consenso. "A iniciativa de instalarmos essas comissões permanentes vai nos dar oportunidade de cumprir a lei conversando. A negociação é o fator principal para a gente conseguir avançar", explicou Suzineide.

O presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco (Sindaçúcar-PE) e presidente executivo da No-



Carlos Silva diz que ideia é estabelecer uma comunicação constante

Comissões permanentes vão promover o debate de assuntos pertinentes ao trabalho rural e desenvolvimento agrícola em Pernambuco

Canal de diálogo com setor rural

vabio, Renato Cunha, que compôs a mesa de abertura, afirmou que o encontro tem um caráter construtivo e é uma iniciativa louvável. Cunha destacou que nos últimos anos a governança tem sido aprimorada, promovendo técnicas de ESG, que envolvem "meio ambiente, o lado social e a própria governança". Para ele, esta última "tem que ser pauta sobretudo por aspectos conclusivos de equidade, de respeito ao trabalho decente, digno, fazendo com que haja longevidade na qualidade do emprego e sobretudo promovendo sempre uma geração consciente e digna do trabalho rural em Pernambuco".

O presidente do Grupo EQM e fundador da Folha de Pernambuco, Eduardo de Queiroz Monteiro, que também integrou a mesa de abertura dos trabalhos, elogiou a iniciativa. "Quando a gente cria uma comissão de diálogo, está dizendo a todos os atores que há uma disposição para esse diálogo e, portanto, uma disposição para que a gente encontre, às vezes, nas nossas diferenças, a essencial convergência para continuar a nossa luta", disse o empresário.

De acordo com o coordenador do evento, Carlos Silva, a ideia de criação e instalação das comissões per-

manentes de diálogo surgiu a partir da expectativa do resgate da extinta Comissão Permanente Regional Rural (CPRR), prevista na NR-31, que trata de segurança e saúde do trabalho na área rural. A CPRR foi desconstituída no processo da revisão das NRs, realizada pela gestão federal anterior.

"Era lá (com a CPRR) que todas essas discussões eram realizadas, mas como uma grande comissão plural em que todos os temas e setores ali se encontrariam e debateriam. A nossa expectativa é que a CPRR volte, porque existe um horizonte de revisão da revisão das NRs para que ela (a CPRR), que tem autonomia e previsão legal deliberativa, volte a funcionar", detalhou Silva. Compuseram também a mesa a auditora fiscal do trabalho Lívia Macedo, que coordena a fiscalização do trabalho infantil; a procuradora do ministério público do trabalho Débora Tito; as auditoras fiscais do trabalho Simone Holmes e Aline Amoras, esta última representando a Escola Nacional de Inspeção do Trabalho; o primeiro vice-presidente da Associação dos Fornecedoros de Cana de Pernambuco (AFCP), Paulo Giovanni, e o auditor fiscal do trabalho Edson Cantarelli.